Proc. Administrativo 15.889/2025

De: Lucas G. - PMM-SADM-DGA-SCL-ACLA

Para: PMM-ADV-ADM - Procuradoria de Licitações e Atos Administrativos

Data: 02/09/2025 às 08:55:59

Setores (CC):

PMM-SADM-DGA-SCL-PL

Setores envolvidos:

PMM, PMM-SADM, PMM-SADM-DGA-SCL-DC, PMM-SMADU, PMM-SADM-DGA-SCL-PL, PMM-ADV-ADM, PMM-SADM-DGA-SCL-ACLA

Dispensa 64/2025 - Proc. Adm. 132/2025

De: Dep. de Licitação.

Para: Procuradoria de Licitações e Atos Administrativos

Venho por meio deste, solicitar análise e parecer acerca da abertura do Processo de Dispensa nº 64/2025 com parâmetro no art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Há viabilidade para aplicação do art. 75, inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021 para esta solicitação?

Solicito também a indicação de qual procedimento deverá ser adotado pela Secretaria caso não exista viabilidade para tal processo.

Valor da Aquisição: **R$ 1.545.925,32 (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos)**

Atenciosamente

_

Lucas Alexsandro Garcia
Agente Administrativo

Compras e Licitações

Proc. Administrativo 1- 15.889/2025

De: Paulo R. - PMM-ADV-ADM

Para: PMM-SADM-DGA-SCL-DC - Divisão de Contratos

Data: 02/09/2025 às 10:16:42

Senhor (a) Responsável,

Segue parecer em anexo.

_

Paulo PARDAUIL
Procurador de Legislação e Atos Administrativos

Anexos:

PARECER_469_2025_assinado.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Avenida Frederico Heyse, 1386 – Centro – Mafra/SC
(47) 3641-4030 – www.mafra.sc.gov.br – procuradoria@mafra.sc.gov.br

PARECER JURÍDICO Nº. 469/2025

Processo Administrativo n. 132/2025
Dispensa de Licitação n. 064/2025

Interessado: Secretaria Municipal de Administração
Assunto: DISPENSA DE LICITAÇÃO - Dispensa 64/2025 - Proc. Adm. 132/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO. EMERGÊNCIA. ART. 75, INCISO VIII, DA LEI Nº 14.133/2021. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. SERVIÇO ESSENCIAL PARA SAÚDE PÚBLICA E MEIO AMBIENTE. RECUSA DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO VIGENTE E AUSÊNCIA DE TEMPO PARA LICITAÇÃO REGULAR. VIABILIDADE JURÍDICA CONFIGURADA, COM RESSALVA QUANTO À INVESTIGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR EVENTUAL FALHA DE PLANEJAMENTO.

1. RELATÓRIO

O Município de Mafra/SC, por meio do Departamento de Licitações, direcionou a esta Procuradoria o **Proc. Administrativo 15889/2025 – 1Doc**, no qual postula a análise e parecer jurídico quanto à Dispensa de Licitação nº 64/2025, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, para contratação emergencial de empresa especializada em serviços de limpeza urbana no Município de Mafra/SC.

O Documento de Formalização da Demanda nº 28/2025 (anexo) descreve o objeto como prestação de serviços manuais e mecanizados de limpeza, incluindo mutirões, remoção de resíduos, capina e varrição em vias públicas, com justificativa na recusa formal da atual contratada em prorrogar o contrato vigente e na ausência de tempo hábil para novo processo licitatório.

O valor total estimado é de R$ 1.545.925,32, limitado a 180 dias, visando assegurar a continuidade de serviço essencial para proteção à saúde pública (art. 196 da CF/1988) e ao meio ambiente (art. 225 da CF/1988).

O quesito é: Há viabilidade para aplicação do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021?

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 75, inciso VIII, autoriza a dispensa de licitação "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade de serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos".

No caso em exame, o Documento de Formalização da Demanda nº 28/2025 demonstra que os serviços de limpeza urbana são essenciais e contínuos, indissociáveis da proteção à saúde pública e ao meio ambiente, cuja interrupção geraria riscos graves à população, como acúmulo de lixo, proliferação de vetores e impactos à qualidade de vida. A recusa formal da atual contratada em prorrogar o contrato e a ausência de tempo hábil para licitação regular configuram situação de urgência, justificando a dispensa para manutenção imediata da continuidade dos serviços, conforme art. 75, § 6º, da Lei nº 14.133/2021, que impõe a adoção de medidas para concluir o processo licitatório regular em paralelo.

O Tribunal de Contas da União (TCU), em suas orientações, reforça que a dispensa por emergência exige demonstração de urgência caracterizada, com contratação limitada ao mínimo necessário e ao prazo legal, vedada prorrogação (Acórdão 119/2021-TCU-Plenário). Mesmo em casos de falha de planejamento administrativo, a contratação emergencial é admitida, com investigação de responsabilidade dos agentes (Acórdão 1842/2017-TCU-Plenário). No entanto, a mera expiração de contrato sem planejamento adequado não configura emergência se não houver risco abrupto e imprevisível, podendo levar à suspensão, como no caso do TCE-PR que suspendeu contratação emergencial para coleta de lixo em Cascavel por falta de caracterização de urgência verdadeira e irregularidades processuais (Processo nº 346830/25, Despacho nº 683/25).

Aqui, o documento anexo atende aos requisitos ao limitar o contrato a 180 dias (inferior ao máximo legal de 1 ano), estimar o valor mensal em R$ 257.654,22 (totalizando R$ 1.545.925,32), e indicar gestor e fiscais, garantindo controle. A prioridade alta e a entrega imediata reforçam a urgência, sem indícios de irregularidades como prazos exíguos para propostas ou ausência de ETP, diferentemente do caso suspenso pelo TCE-PR.

II – CONCLUSÃO

Sob a ótica exclusivamente jurídica, há viabilidade para aplicação do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, para a Dispensa de Licitação nº 64/2025, desde que proceda-se à investigação de eventual responsabilidade por falha de planejamento e à conclusão do processo licitatório regular em paralelo.

Destaque-se, por fim, que os critérios e análise de conveniência e oportunidade e a definição do objeto e preço da contratação constituem avaliação

técnica do Órgão solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório e do contrato porventura deste decorrente, pelo que o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos aspectos jurídicos envolvidos no procedimento, não cabendo a esta Assessoria Jurídica valorar as razões de escolha do contratante ou questões atinentes à conveniência e oportunidade da contratação.

É o parecer.

Mafra/SC, 02 de setembro de 2025.

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
PAULO PARDAUIL RODRIGUES
Data: 02/09/2025 10:14:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PAULO PARDAUIL
Procurador de Legislação e Atos Administrativos

Proc. Administrativo 2- 15.889/2025

De: Rafaela N. - PMM-SADM-DGA-SCL-DC

Para: PMM-SADM-DGA-SCL-ACLA - Agente de Contratação Lucas Alexsandro - A/C Lucas G.

Data: 02/09/2025 às 10:39:33

Att,

–

Rafaela de Freitas Nardo
Subdiretora de Compras e Licitações

Proc. Administrativo 3- 15.889/2025

De: Lucas G. - PMM-SADM-DGA-SCL-ACLA

Para: PMM - Prefeitura Municipal de Mafra - A/C EMERSON M.

Data: 02/09/2025 às 10:44:41

Setores (CC):

PMM, PMM-SADM

Ilmo. Senhor

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

Ilmo. Senhor

ANDRÉ RAFAEL HACK

Secretário de Administração

Vimos por meio deste solicitar a possibilidade de realizarmos **Processo de Dispensa de Licitação**, com fulcro no Art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações para **contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, de forma manual e mecanizada, com fiscalização e controle da qualidade de serviços, a serem realizados em diversos locais do Município de Mafra/SC, como mutirões de limpeza, limpeza de córregos, sangas/similares e espaços públicos, remoção de resíduos de deposições, capina e remoção de deposições em meio fios, sarjetas e bocas de lobos pluviais nas vias e logradouros públicos,** por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Atenciosamente

_

Lucas Alexsandro Garcia
Agente Administrativo

Compras e Licitações

Anexos:

Autorizacao_Prefeito_para_Abertura_de_Licitacao_.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
EMERSON MAAS	02/09/2025 11:26:29	ICP-Brasil	EMERSON MAAS CPF 007.XXX.XXX-14
André Rafael Hack	02/09/2025 11:49:05	ICP-Brasil	ANDRE RAFAEL HACK CPF 051.XXX.XXX-89

Para verificar as assinaturas, acesse **https://mafra.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **E49A-B0A1-4A5C-DD9C**

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Ilmo. Sr.
EMERSON MAAS
MD. Prefeito Municipal

Prezado Sr.

Vimos por meio deste solicitar a possibilidade de realizarmos licitação de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações para **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, de forma manual e mecanizada, com fiscalização e controle da qualidade de serviços, a serem realizados em diversos locais do Município de Mafra/SC, como mutirões de limpeza, limpeza de córregos, sangas/similares e espaços públicos, remoção de resíduos de deposições, capina e remoção de deposições em meio fios, sarjetas e bocas de lobos pluviais nas vias e logradouros públicos, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e da Secretaria de Saúde do Município de Mafra**

Processo nº 132/2025 - Modalidade: Dispensa nº 064/2025 - DISP

Valor estimado: R$ 1.545.925,32 (um milhão e quinhentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos).

Mafra/ SC, 2 de setembro de 2025.

Atenciosamente,

_____
ANDRÉ RAFAEL HACK
Secretário Municipal de Administração

DE ACORDO EM ____/____/____ _____
EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

Proc. Administrativo 4- 15.889/2025

De: Lucas G. - PMM-SADM-DGA-SCL-ACLA

Para: PMM - Prefeitura Municipal de Mafra - A/C EMERSON M.

Data: 02/09/2025 às 10:58:20

Setores (CC):

PMM, PMM-SADM

Ilmo. Sr.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

Ilmo. Senhor

ANDRÉ RAFAEL HACK

Secretário de Administração

Venho por meio deste solicitar assinatura pelo ICP-Brasil no termo de homologação/ratificação do processo de Dispensa 064/2025.

Destaco que a assinatura precisa ser obrigatoriamente pelo ICP - Brasil.

Atenciosamente

_

Lucas Alexsandro Garcia
Agente Administrativo

Compras e Licitações

Anexos:

Termo_de_Homologacao_DISP.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
EMERSON MAAS	02/09/2025 11:26:46	ICP-Brasil	EMERSON MAAS CPF 007.XXX.XXX-14
André Rafael Hack	02/09/2025 11:49:05	ICP-Brasil	ANDRE RAFAEL HACK CPF 051.XXX.XXX-89

Para verificar as assinaturas, acesse **https://mafra.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **73CA-B88F-ED77-3283**

Prefeitura do Município de Mafra
Secretaria de Administração
Av. Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Ed.Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC.
Tel:047-3641-4000 / CEP: 89300-070.
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE DISPENSA

O prefeito, Sr. Emerson Maas, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações, RESOLVE:
01 - HOMOLOGAR/RATIFICAR o presente processo, nestes termos:
a) Dispensa: Nº 064/2025 - DISP
b) Processo nº: 132/2025
c) Data Homologação/Ratificação: 02/09/2025
d) Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, de forma manual e mecanizada, com fiscalização e controle da qualidade de serviços, a serem realizados em diversos locais do Município de Mafra/SC, como mutirões de limpeza, limpeza de córregos, sangas/similares e espaços públicos, remoção de resíduos de deposições, capina e remoção de deposições em meio fios, sarjetas e bocas de lobos pluviais nas vias e logradouros públicos, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e da Secretaria de Saúde do Município de Mafra
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores:
4307 - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0001-41)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	1	107822 - 03 profissionais: para realizar pintura viária 03 profissionais: para realizar pintura viária, bem como colocação de placas de sinalização, varrição de vias para aplicação de tinta, bem como todas as 03 profissionais: para realizar pintura viária 03 profissionais: para realizar pintura viária, bem como colocação de placas de sinalização, varrição de vias para aplicação de tinta, bem como todas as outras funções descritas no item 03 quando não estiverem executando ou em intervalos de secagem de tinta. Deve fornecer uniforme completo bem como todos os equipamentos de segurança tal quais luvas e máscaras se	Mês		6	20.064,55	120.387,30

		forem o caso. Com o fornecimento de colete refletivo ou equivalente, luvas, máscaras, óculos, se necessário (Toda e qualquer tinta ou equipamento necessário para aplicação de tinta bem como a própria tinta será de responsabilidade da contratante)					
1	2	107823 - 01 Profissional: Líder de Equipe (Encarregado de Serviços) 01 Profissional: Líder de Equipe (Encarregado de Serviços) coordena a equipe a campo, controla materiais, distribui periodicamente equipament 01 Profissional: Líder de Equipe (Encarregado de Serviços) 01 Profissional: Líder de Equipe (Encarregado de Serviços) coordena a equipe a campo, controla materiais, distribui periodicamente equipamentos de segurança é responsável pelo encaminhamento de equipamentos para manutenção, bem como é responsável pelos equipamentos, controla a frequência, é responsável pelo transporte de pessoal para os diversos bairros do município, bem R$ 53.723,55 R$ 322.341,30 Prefeitura do Município de Mafra Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl Centro,	Mês		6	53.723,55	322.341,30

		Mafra/SC/ Tel:047-3641-4020 /CEP: 89300-070 Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail:des.urbano@mafra.sc.gov.br como deve ser habilitado para veículo com a capacidade de transporte de no mínimo 8 pessoas, com reboque ou acessório para transporte de 6 roçadeiras, carrinhos de mão, vassouras, enxadas e demais ferramentas necessárias para limpeza urbana, fornecidas pela contratada, (veículo em boas condições de total responsabilidade do condutor sem qualquer ônus para a municipalidade, incluso despesas de combustível, manutenção periódica e possíveis danos causados a terceiros. Na condução ou no desempenho dos trabalhos da equipe)					
1	3	107824 - 10 Profissionais: para realizar roçadas mecânicas e manuais 10 Profissionais: para realizar roçadas mecânicas e manuais, poda de árvores e arbustos de pequeno e grande porte, em ruas, avenidas, no Cem 10 Profissionais: para realizar roçadas mecânicas e manuais 10 Profissionais: para realizar roçadas mecânicas e manuais, poda de árvores e arbustos de pequeno e grande porte, em ruas, avenidas, no Cemitério Municipal e ou em qualquer outra área designada, deveram realizar a limpeza	Mês		6	109.210,52	655.263,12

		com outras ferramentas não mecânicas inclusive operar Motosserras, motopodas, soprador e recolhedor a gasolina, para tanto a contratada deve fornecer no mínimo 8 roçadeiras com potência a partir de 45cc / 2.0Kw / 2.5HP, no mínimo 2 equipamento de poda com haste telescópica de no mínimo 3 metros, motor: 2 tempos, potência: 1,3 HP / 0,95KW Cilindrada: 30CC, no mínimo duas motosserras de Cilindrada (cm³) 45.0, Tamanho do sabre: 40 cm, Corrente: 27 dentes + 1 elo e no mínimo 2 soprador a gasolina com Potência (HP): 0,8 kW / 1,0hpe no mínimo 4 soprador de folhas com recolhedor de folhas a gasolina (aspirador), com no mínimo de Potência: 0,95cv e Cilindrada: 25,4 cm³ e um soprador com igual potência do recolhedor soprador. Totalizando 16 equipamentos, sendo de responsabilidade da contratada o fornecimento de óleo 2 tempos e gasolina conforme a necessidade do serviço bem como fio de nylon e facas, 2 telas de proteção de no mínimo 3 metros de comprimento por 2 metros de altura, bem como todos os equipamentos de proteção individual para operação, luvas, óculos, avental de couro, capacetes, caneleiras e					

		viseiras, máscaras, e também uniforme completo. Com o fornecimento de colete refletivo ou equivalente.					
1	4	107825 - 10 Profissionais: para realizar roçadas manuais, varrição de sarjetas 10 Profissionais: para realizar roçadas 10 Profissionais: para realizar roçadas manuais, varrição de sarjetas 10 Profissionais: para realizar roçadas manuais, varrição de sarjetas, varrição de restos de roçada mecânica bem como o recolhimento, varrição de detritos lançados nas ruas, bem como o recolhimento, varrição de detritos lançados nas ruas bem como o recolhimento, capinagem de sarjetas, capinagem de ruas e vielas no Cemitério Municipal e em todos os bairros do município, bem como, o recolhimento, pintura de meio fio e postes, promover o esvaziamento de lixeiras e outros recipientes que estejam lançados na via pública, para tanto a contratada deve fornecer 200 sacos de lixo de 100 litros por mês e 200 sacos de 50 litros por mês, bem como 10 vassouras pequenas, 10 vassouras grandes de cerda dura, 10 recolhedores pequenos e 10 carrinhos tipo gari com duas rodas que comporte um saco de 100 litros, no mínimo 4 regadores	Mês		6	74.655,60	447.933,60

		de mão, 10 enxadas, 10 ancinhos, 10 cortadeiras, 01 cavadeira grande, 10 pás e 10 foices. Deve fornecer uniforme completo com o fornecimento de colete refletivo ou equivalente, bem como todos os equipamentos de segurança, tal qual luvas e máscaras se for o caso. (Toda e qualquer tinta ou equipamento necessário para aplicação de tinta bem como a própria tinta será de responsabilidade da contratante). O horário pode ser tanto de segunda a sexta quanto de terça sábado para no mínimo metade da equipe conforme necessidade.					
						Total (R$):	1.545.925,32

DESPACHO FINAL: De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Procuradoria-Geral do Município, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021.

MAFRA – SC, 2 de setembro de 2025

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ANDRÉ RAFAEL HACK
Secretário Municipal de Administração

Proc. Administrativo 5- 15.889/2025

De: Lucas G. - PMM-SADM-DGA-SCL-ACLA

Para: PMM - Prefeitura Municipal de Mafra

Data: 02/09/2025 às 11:04:06

Ilmo. Sr.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

Prezado Sr.

Venho por meio deste, solicitar a assinatura ICP- Brasil no AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO064/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 132/2025.

Destaco que neste documento a assinatura precisa ser obrigatoriamente pelo ICP-Brasil.

Atenciosamente

_

Lucas Alexsandro Garcia
Agente Administrativo

Compras e Licitações

Anexos:

AVISO_DE_CONTRATACAO_DIRETA.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
EMERSON MAAS	02/09/2025 11:27:08	ICP-Brasil	EMERSON MAAS CPF 007.XXX.XXX-14

Para verificar as assinaturas, acesse **https://mafra.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **A4F1-B75C-7D67-FF2C**

Prefeitura do Município de Mafra
Secretaria de Administração
Av. Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Ed.Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC.
Tel:047-3641-4000 / CEP: 89300-070.
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br.

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Administrativo n° 132/2025
Dispensa Nº 064/2025 - DISP
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA / Prefeitura Municipal de Mafra
Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0001-41)

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, de forma manual e mecanizada, com fiscalização e controle da qualidade de serviços, a serem realizados em diversos locais do Município de Mafra/SC, como mutirões de limpeza, limpeza de córregos, sangas/similares e espaços públicos, remoção de resíduos de deposições, capina e remoção de deposições em meio fios, sarjetas e bocas de lobos pluviais nas vias e logradouros públicos, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e da Secretaria de Saúde do Município de Mafra.

Fundamento Legal: Art. 75, VIII da Lei 14.133/2021 e no art. 2º do Decreto Municipal 5407/24.

Justificativa: No caso em questão a presente contratação direta se enquadra no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 2º do Decreto Municipal 5407/24, e se justifica a limpeza urbana no âmbito do Município de Mafra por ser um serviço essencial, contínuo e indissociável da proteção à saúde pública e ao meio ambiente. Sua interrupção representa riscos graves à população e fere diretamente direitos garantidos pela Constituição Federal, especialmente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225) e o direito à saúde (art. 196). Diante da recusa formal da atual contratada em prorrogar o contrato vigente e da ausência de tempo hábil para concluir novo processo licitatório, torna-se indispensável a contratação emergencial, com base no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021. A medida visa assegurar a continuidade imediata dos serviços de coleta de resíduos, varrição, capina e demais atividades de limpeza urbana, prevenindo o acúmulo de lixo nas vias públicas, a proliferação de vetores e os consequentes impactos à saúde e à qualidade de vida da população. Portanto, a contratação emergencial é justificada não apenas por critérios administrativos e legais, mas pela necessidade de garantir direitos fundamentais assegurados constitucionalmente à coletividade. Garantindo a qualidade da prestação do serviço e atendimento à comunidade. .

Valor Total: R$ 1.545.925,32 (um milhão e quinhentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos)

Despacho Final: De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas no referido processo, RATIFICO e AUTORIZO a realização da Dispensa de Licitação, em conformidade com o Art. 75, VIII da Lei 14.133/2021 e no art. 2º do Decreto Municipal 5407/2024.

Mafra/SC, 2 de setembro de 2025 .

EMERSON MAAS
PREFEITO MUNICIPAL

Proc. Administrativo 6- 15.889/2025

De: Rafaela N. - PMM-SADM-DGA-SCL-PL

Para: PMM-ADV-ADM - Procuradoria de Licitações e Atos Administrativos - A/C Paulo R.

Data: 02/09/2025 às 14:52:26

Senhor Procurador,

Segue minuta de contrato relativa a esta contratação para análise e parecer, em especial da cláusula 15ª que foi adicionada devido a natureza do objeto.

Sendo o que se apresenta para o momento, ficamos no aguardo do retorno.

Atenciosamente,

_

Rafaela de Freitas Nardo
Subdiretora de Compras e Licitações

Anexos:

06_MINUTA_Contr_XXX_2025_DISP_064_2025.docx

Proc. Administrativo 7- 15.889/2025

De: Paulo R. - PMM-ADV-ADM

Para: PMM-SADM-DGA-SCL-DC - Divisão de Contratos

Data: 02/09/2025 às 15:28:07

Senhor (a) Responsável,

Segue o parecer em anexo.

_

Paulo PARDAUIL
Procurador de Legislação e Atos Administrativos

Anexos:

PARECER_470_assinado.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Avenida Frederico Heyse, 1386 – Centro – Mafra/SC
(47) 3641-4030 – www.mafra.sc.gov.br – procuradoria@mafra.sc.gov.br

PARECER JURÍDICO Nº. 470/2025

Processo Administrativo n. 132/2025
Dispensa de Licitação n. 064/2025

Interessado: Secretaria Municipal de Administração
Assunto: MINUTA CONTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO - Dispensa 64/2025 - Proc. Adm. 132/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO POR EMERGÊNCIA. ART. 75, INCISO VIII, DA LEI Nº 14.133/2021. MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. CONFORMIDADE COM REQUISITOS LEGAIS QUANTO AO OBJETO, VALOR, VIGÊNCIA, EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, PAGAMENTO E SANÇÕES. REGULARIDADE JURÍDICA CONFIGURADA, COM RESSALVA QUANTO A ERRO MATERIAL NA DATA DE ASSINATURA.

1. RELATÓRIO

O Município de Mafra/SC, por meio do Departamento de Licitações, direcionou a esta Procuradoria o **Proc. Administrativo 15889/2025 – 1Doc**, no qual postula a análise e parecer jurídico quanto à regularidade da minuta do contrato para contratação emergencial de serviços de limpeza urbana manual e mecanizada no Município de Mafra/SC, com valor global de R$ 1.545.925,32 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos), vigência de até 180 dias a contar da assinatura ou até a homologação do Pregão Eletrônico nº 043/2025.

O objeto abrange itens detalhados em tabela, com quantidades mensais por 6 meses, incluindo profissionais para pintura viária, liderança de equipe, roçadas mecânicas e manuais, e varrição.

As cláusulas regulam obrigações das partes, execução, fiscalização, pagamento, reajuste, sanções e extinção, regidas pela Lei nº 14.133/2021.

O quesito é opinar pela regularidade jurídica da minuta.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 75, inciso VIII, autoriza a dispensa de licitação em casos de emergência para assegurar a continuidade de serviços públicos essenciais, limitando a contratação ao prazo máximo de 1 ano, vedada prorrogação. A minuta em exame atende a esse requisito ao fixar vigência máxima de 180 dias (Cláusula Quarta), compatível com o caráter temporário da emergência declarada no Documento de Formalização da Demanda nº 28/2025 (anexo anterior), e condicionada à conclusão do processo licitatório regular (Pregão nº 043/2025), nos termos do art. 75, § 6º.

O objeto (Cláusula Primeira) e a tabela de itens reproduzem fielmente as especificações do Termo de Referência, incluindo descrições detalhadas de profissionais, equipamentos e obrigações, sem acréscimos ou supressões indevidas, em conformidade com o art. 116, que exige aderência ao instrumento convocatório. O valor global (Cláusula Segunda) é calculado com base em propostas comerciais, incluindo todas as despesas incidentes, sem previsão de pagamentos adicionais, alinhando-se ao art. 122, que veda reivindicações por erro de interpretação.

Os documentos vinculados (Cláusula Terceira) incorporam Termo de Referência, Planilha de Custos e Proposta, permitindo apostilamentos e aditivos para modificações necessárias (art. 132 e 136). A execução (Cláusula Quinta) define prazos, horários, uniformes, substituição de pessoal e responsabilidades por danos, atendendo aos arts. 116 e 117, que impõem conformidade técnica e segurança. A fiscalização (Cláusula Sexta) designa fiscal, substituto e gestor, com poderes para verificação e sanções, em estrita observância aos arts. 117, 118 e 10 do Decreto Municipal nº 5.405/2024.

A proibição de subcontratação (Cláusula Sétima) é lícita, nos termos do art. 121. As disposições sobre segurança e qualidade (Cláusula Oitava) reforçam normas técnicas e paralisação por risco, conforme art. 116, § 1º. O pagamento (Cláusula Nona) ocorre em até 30 dias após recebimento definitivo, com retenções fiscais e comprovantes de regularidade (FGTS e INSS), alinhado ao art. 140, incluindo fórmula para encargos moratórios.

O reajuste e repactuação (Cláusula Décima) adotam IPCA após 1 ano da data orçamentária (01/09/2025), respeitando o art. 124, inciso I, embora o prazo contratual de 180 dias torne improvável sua aplicação. As obrigações das partes (Cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda) detalham deveres, incluindo capacitação, sigilo e cumprimento de normas trabalhistas e LGPD (Cláusula Décima Terceira, arts. 116 e Lei nº 13.709/2018). Ausência de garantia de execução (Cláusula Décima Quarta) é justificada pela complexidade do objeto, facultativa pelo art. 96, § 1º.

A garantia de obrigações trabalhistas (Cláusula Décima Quinta) exige comprovações e permite retenções, conforme art. 141. As sanções (Cláusula Décima Sexta) reproduzem infrações e penalidades dos arts. 155 e 156, com procedimentos de defesa (art. 157) e fatores de dosimetria (art. 158, § 1º). A extinção (Cláusula Décima Sétima) abrange hipóteses dos arts. 137 a 139, com balanço e indenizações.

A dotação orçamentária (Cláusula Décima Oitava) é especificada, atendendo

ao art. 8º. Alterações (Cláusula Décima Nona) limitam acréscimos/supressões a 25%, nos termos do art. 125.

Disposições sobre anticorrupção (Cláusula Vigésima), foro (Cláusula Vigésima Primeira), publicidade (Cláusula Vigésima Segunda, art. 94) e omissos (Cláusula Vigésima Terceira) são regulares.

Ressalva-se erro material na data de assinatura ("Mafra, XX de setembro de 2026"), incompatível com a validade indicada (XX/XX/2025) e data atual (02/09/2025), devendo ser corrigido por apostila (art. 136).

II – CONCLUSÃO

Sob a ótica exclusivamente jurídica, opina-se pela regularidade da minuta do Contrato de Prestação de Serviços em epígrafe, com recomendação de correção do erro material na data de assinatura.

Destaque-se, por fim, que os critérios e análise de conveniência e oportunidade e a definição do objeto e preço da contratação constituem avaliação técnica do Órgão solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório e do contrato porventura deste decorrente, pelo que o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos aspectos jurídicos envolvidos no procedimento, não cabendo a esta Assessoria Jurídica valorar as razões de escolha do contratante ou questões atinentes à conveniência e oportunidade da contratação.

É o parecer.

Mafra/SC, 02 de setembro de 2025.

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
PAULO PARDAUIL RODRIGUES
Data: 02/09/2025 15:26:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PAULO PARDAUIL
Procurador de Legislação e Atos Administrativos

Proc. Administrativo 8- 15.889/2025

De: Rafaela N. - PMM-SADM-DGA-SCL-DC

Para: PMM-SADM-DGA-SCL-DC - Divisão de Contratos - A/C Amanda W.

Data: 02/09/2025 às 15:35:40

Prezada,

Solicito a confecção deste contrato com a máxima brevidade possível. A data já foi corrigida diretamente no arquivo salvo no servidor.

Grata,

–

Rafaela de Freitas Nardo
Subdiretora de Compras e Licitações

Proc. Administrativo 15.955/2025

De: Amanda W. - PMM-SADM-DGA-SCL-DC

Para: PMM-SADM-DGA-SCL-CA - Contratos e Atas

Data: 02/09/2025 às 16:12:05

Setores (CC):

PMM-SADM-DGA-SCL-CA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 180/2025					
Vencimento: 01/03/2026					
Empresa:	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA				
CNPJ:	79.283.065/0001-41				
Responsável Legal	RONALDO BENKENDORF				
Telefone:	(47) 3461-4200 (47) 3461-4201	E-mail:	licitacoes@orbenk.com.br		
Objeto:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, de forma manual e mecanizada, com fiscalização e controle da qualidade de serviços, a serem realizados em diversos locais do Município de Mafra/SC, como mutirões de limpeza, limpeza de córregos, sangas/similares e espaços públicos, remoção de resíduos de deposições, capina e remoção de deposições em meio fios, sarjetas e bocas de lobos pluviais nas vias e logradouros públicos.				
Contrato:	180/2025	Licitação:	DISP 064/2025	Processo:	132/2025

–

Amanda Wosniak
Agente Administrativo

Anexos:

Cont_180_2025_DISP_064_2025_ORBENK_ADMINISTRACAO_E_SERVICOS_LTDA.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Jair Francisco Do Livramen...	02/09/2025 16:21:55	1Doc	JAIR FRANCISCO DO LIVRAMENTO CPF 684.XXX.XXX...
Luiz Vidal da Silva Júnior...	02/09/2025 16:24:51	ICP-Brasil	LUIZ VIDAL DA SILVA JUNIOR CPF 007.XXX.XXX-0...
André Rafael Hack	02/09/2025 16:28:23	ICP-Brasil	ANDRE RAFAEL HACK CPF 051.XXX.XXX-89
Jackeline Nizer	02/09/2025 16:30:52	1Doc	JACKELINE NIZER CPF 098.XXX.XXX-09
EMERSON MAAS	02/09/2025 16:35:22	ICP-Brasil	EMERSON MAAS CPF 007.XXX.XXX-14
Gustavo Fernandes Siqueira	02/09/2025 16:35:59	1Doc	GUSTAVO FERNANDES SIQUEIRA CPF 030.XXX.XXX-0...

Para verificar as assinaturas, acesse **https://mafra.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **9CDD-D611-9C58-F1F1**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 180/2025

DISPENSA Nº 064/2025

PROCESSO Nº 132/2025

Validade do Contrato: 01/03/2026

Por este instrumento de contrato de prestação de serviços, que entre si celebram, de um lado **MUNICÍPIO DE MAFRA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, em Mafra - SC, inscrita no **CNPJ sob nº 83.102.509/0001-72**, ora em diante simplesmente denominada CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. EMERSON MAAS**, e de outro lado **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, Joinville — SC, CEP 89.201-090, inscrita no **CNPJ 79.283.065/0001-41**, neste ato representada pelo **Sr. RONALDO BENKENDORF**, inscrito no CPF sob nº 751.XXX.XXX-53, resolvem celebrar este contrato. O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como suas alterações posteriores e, no que couber, demais legislações complementares aplicáveis, pela **Dispensa de Licitação nº 064/2025** que originou o presente instrumento e, em conformidade com as cláusulas e demais condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, de forma manual e mecanizada, com fiscalização e controle da qualidade de serviços, a serem realizados em diversos locais do Município de Mafra/SC, como mutirões de limpeza, limpeza de córregos, sangas/similares e espaços públicos, remoção de resíduos de deposições, capina e remoção de deposições em meio fios, sarjetas e bocas de lobos pluviais nas vias e logradouros públicos**, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, conforme as especificações e exigências contidas no Termo de Referência e anexos.

ITEM	Descrição	Un.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	03 profissionais: para realizar pintura viária 03 profissionais: para realizar pintura viária, bem como colocação de placas de sinalização, varrição de vias para aplicação de tinta, bem como todas as outras funções descritas no item 03 quando não estiverem executando ou em intervalos de secagem de tinta. Deve fornecer uniforme completo bem como todos os equipamentos de segurança tal quais luvas e máscaras se forem o caso. Com o fornecimento de colete refletivo ou equivalente, luvas, máscaras, óculos, se necessário (Toda e qualquer tinta ou equipamento necessário para aplicação de tinta bem como a própria tinta será de responsabilidade da contratante)	Mês	06	R$ 20.064,55	R$ 120.387,30

02	01 Profissional: Líder de Equipe (Encarregado de Serviços) 01 Profissional: Líder de Equipe (Encarregado de Serviços) coordena a equipe a campo, controla materiais, distribui periodicamente equipamentos de segurança é responsável pelo encaminhamento de equipamentos para manutenção, bem como é responsável pelos equipamentos, controla a frequência, é responsável pelo transporte de pessoal para os diversos bairros do município, bem como deve ser habilitado para veículo com a capacidade de transporte de no mínimo 8 pessoas, com reboque ou acessório para transporte de 6 roçadeiras, carrinhos de mão, vassouras, enxadas e demais ferramentas necessárias para limpeza urbana, fornecidas pela contratada, (veículo em boas condições de total responsabilidade do condutor sem qualquer ônus para a municipalidade, incluso despesas de combustível, manutenção periódica e possíveis danos causados a terceiros. Na condução ou no desempenho dos trabalhos da equipe)	Mês	06	R$ 53.723,55	R$ 322.341,30
03	10 Profissionais: para realizar roçadas mecânicas e manuais 10 Profissionais: para realizar roçadas mecânicas e manuais, poda de árvores e arbustos de pequeno e grande porte, em ruas, avenidas, no Cemitério Municipal e ou em qualquer outra área designada, deveram realizar a limpeza com outras ferramentas não mecânicas inclusive operar Motosserras, moto-podas, soprador e recolhedor a gasolina, para tanto a contratada deve fornecer no mínimo 8 roçadeiras com potência a partir de 45cc / 2.0Kw / 2.5HP, no mínimo 2 equipamento de poda com haste telescópica de no mínimo 3 metros, motor: 2 tempos, potência: 1,3 HP / 0,95KW Cilindrada: 30CC, no mínimo duas motosserras de Cilindrada (cm^3) 45.0, Tamanho do sabre: 40 cm, Corrente: 27 dentes + 1 elo e no mínimo 2 soprador a gasolina com Potência (HP): 0,8 kW / 1,0hpe no mínimo 4 soprador de folhas	Mês	06	R$ 109.210,52	R$ 655.263,12

	com recolhedor de folhas a gasolina (aspirador), com no mínimo de Potência: 0,95cv e Cilindrada: 25,4 cm³ e um soprador com igual potência do recolhedor soprador. Totalizando 16 equipamentos, sendo de responsabilidade da contratada o fornecimento de óleo 2 tempos e gasolina conforme a necessidade do serviço bem como fio de nylon e facas, 2 telas de proteção de no mínimo 3 metros de comprimento por 2 metros de altura, bem como todos os equipamentos de proteção individual para operação, luvas, óculos, avental de couro, capacetes, caneleiras e viseiras, máscaras, e também uniforme completo. Com o fornecimento de colete refletivo ou equivalente.				
04	10 Profissionais: para realizar roçadas manuais, varrição de sarjetas 10 Profissionais: para realizar roçadas manuais, varrição de sarjetas, varrição de restos de roçada mecânica bem como o recolhimento, varrição de detritos lançados nas ruas, bem como o recolhimento, varrição de detritos lançados nas ruas bem como o recolhimento, capinagem de sarjetas, capinagem de ruas e vielas no Cemitério Municipal e em todos os bairros do município, bem como, o recolhimento, pintura de meio fio e postes, promover o esvaziamento de lixeiras e outros recipientes que estejam lançados na via pública, para tanto a contratada deve fornecer 200 sacos de lixo de 100 litros por mês e 200 sacos de 50 litros por mês, bem como 10 vassouras pequenas, 10 vassouras grandes de cerda dura, 10 recolhedores pequenos e 10 carrinhos tipo gari com duas rodas que comporte um saco de 100 litros, no mínimo 4 regadores de mão, 10 enxadas, 10 ancinhos, 10 cortadeiras, 01 cavadeira grande, 10 pás e 10 foices. Deve fornecer uniforme completo com o fornecimento de colete refletivo ou equivalente, bem como todos os equipamentos de segurança, tal qual luvas e máscaras se for o caso. (Toda e qualquer tinta ou	Mês	06	R$ 74.655,60	R$ 447.933,60

	equipamento necessário para aplicação de tinta bem como a própria tinta será de responsabilidade da contratante). O horário pode ser tanto de segunda a sexta quanto de terça sábado para no mínimo metade da equipe conforme necessidade.				
				VALOR GLOBAL	**R$ 1.545.925,32**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

2.2 O valor da contratação é de **R$ 1.545.925,32 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos)**, conforme proposta comercial apresentada pela empresa e demais documentos que lhe dão suporte, devidamente juntados aos autos do presente processo de dispensa de licitação, já incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários para a perfeita execução integral do objeto contratado. Os preços contratados serão considerados completos e suficientes para o fornecimento dos serviços objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação feita pelo **CONTRATADO**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS

3.1 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.1.1 O Termo de Referência;

3.1.2 A Planilha de Custos e Composição de Preços;

3.1.3 A Proposta do **CONTRATADO**;

3.1.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3.2 A formalização de contrato presume que o **CONTRATADO:**

3.2.1 Examinou criteriosamente e detalhadamente todos os elementos técnicos instrutores, que os comparou entre si e obteve do **CONTRATANTE** as informações necessárias à sua execução;

3.2.2 Atestou que conhece o local e as condições de realização dos serviços, ficando ciente de todos os detalhes e condições dos serviços.

3.2.3 Serão incorporados ao presente contrato, mediante TERMOS DE APOSTILAMENTO E ADITIVOS, modificações que sejam necessárias, alterações nos projetos, especificações, prazos, atualização de preços ou normas gerais de serviços do **CONTRATANTE**.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 O prazo de vigência será de **até 180 (cento e oitenta) dias**, a contar da assinatura do instrumento contratual, **ou até a homologação do Pregão Eletrônico nº 043/2025,** Processo Administrativo nº 116/2025, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei Federal 14.133/2021, prorrogável, se cabível, nos termos da lei.

4.2 A adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação enviada pela **CONTRATANTE**, na forma definida por esta Administração em conformidade com o disciplinado no procedimento administrativo.

4.3 O prazo concedido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.4 Somente serão aceitas as assinaturas realizadas pela plataforma de tramitação eletrônica de documentos utilizada pela Prefeitura de Mafra, conforme Instrução Normativa Nº 001/2024 disponibilizada no sítio eletrônico oficial.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O objeto conforme descrito acima, será executado nas vias do município de Mafra/SC.
5.2 Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta-feira das 08:00hs às 12:00hs e das 13:30hs às 17:00hs.
5.3 O início da execução dos serviços que é objeto da presente contratação deverá ocorrer no prazo de até (03) três dias após o recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor.
5.4 Cabe à contratada manter os profissionais, quando em horário de trabalho, uniformizados e identificados sob a responsabilidade da Contratada.
5.5 A empresa contratada deverá substituir os profissionais que não estiverem desempenhando o serviço conforme solicitado, sem ônus para o Município de Mafra.
5.6 A empresa contratada deverá proceder à reposição de pessoal sempre que necessário, especialmente nos casos de ausência, como licenças médicas, emergências familiares ou outros motivos imprevistos, de forma a garantir a continuidade do serviço público.
5.7 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais.
5.8 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Município ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços.
5.9 Assumir todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência.
5.10 Responsabilizar-se pelo treinamento e capacitação dos profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para o Município.
5.11 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.
5.12 Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.
5.13 A contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato.
5.14 Os serviços serão atestados provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência, proposta e exigências contratuais.
5.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
5.16 Os serviços serão atestados definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, pelo Fiscal de Contratos, especialmente designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.17 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
5.18 O recebimento provisório ou definitivo da nota fiscal não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
5.19 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
5.20 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
5.21 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6. CLAÚSULA SEXTA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
6.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21.
6.2 A verificação da adequação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.
6.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.
6.4 A conformidade do serviço prestado deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: CND junto com a nota fiscal.
6.5 A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133, no local da execução do objeto durante o período vigente.
6.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.
6.7 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
6.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
6.9 Fica designada o servidor **JAIR FRANCISCO DO LIVRAMENTO**, matrícula nº 254869701, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

6.10 Fica designada, como fiscal substituta, a servidora **JACKELINE NIZER,** matrícula nº254932601 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

6.11 Fica designada, como gestora de contratos, a servidora **GUSTAVO FERNANDES SIQUEIRA,** matrícula nº254938901, para exercer a gestão contratual a fim de coordenar o processo de acompanhamento da fiscalização do contrato e tomar providências para fins de atendimento da finalidade da administração, nos termos disciplinados no art. 10º do Decreto Municipal nº 5.405/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SEGURANÇA E DA QUALIDADE

8.1 O CONTRATADO deverá garantir a segurança, higiene e boa técnica necessárias à preservação da integridade das pessoas, dos materiais e dos serviços.

8.2 Para a execução eficiente dos serviços, o **CONTRATADO** somente deverá empregar pessoal competente e qualificado.

8.3 A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos serviços será do **CONTRATADO**, não podendo solicitar prorrogações de prazo, nem justificar retardamento da conclusão dos serviços em decorrência do fornecimento deficiente.

8.4 Os serviços deverão obedecer, rigorosamente todas às normas e especificações técnicas constantes no Termo de Referência e anexos; às normas do **CONTRATANTE**; ABNT; recomendações; e demais normas e regulamentos cabíveis.

8.5 O **CONTRATANTE** fiscalizará e poderá determinar a paralisação dos serviços quando julgar que as condições mínimas de segurança e higiene do trabalho não estão sendo respeitadas pelo **CONTRATADO**. Este procedimento não servirá como justificativa para eventuais atrasos.

9. CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento, decorrente da prestação do(s) serviço(s) objeto desta licitação, será efetuado pela Tesouraria Municipal, mediante crédito em conta corrente, **no prazo de até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto em cada fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

9.2 A **CONTRATADA** deverá comprovar via documento impresso a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito, ou Certidão Positiva, com efeito negativo relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, como condição à percepção do valor faturado, devendo os valores das guias serem compatíveis com os que são devidos em valores dos empregados vinculados à execução contratual.

9.3 Dos valores constantes na nota fiscal, serão retidos os valores inerentes ao ISS e IR.

9.4 No corpo do documento fiscal deverá conter as seguintes informações:

a) o número da dispensa; e,

b) o número da ordem de compra.

c) os dados bancários da empresa (Agência, C.C e Banco)

9.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao **CONTRATADO** e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da

situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

9.6 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.7 Nenhum pagamento será efetuado ao **CONTRATADO**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

9.8 O **CONTRATANTE**, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo participante vencedor, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

9.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **CONTRATADO** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I= (TX/100)/365

TX= percentual da taxa

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DE PREÇOS

10.1 Com objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** promoverá o **reajuste de preços** mediante apostila, e aplicará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou o índice oficial que vier a substituí-lo. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado a data do **Mapa Comparativo de Preços, 01/09/2025**, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

10.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, outro que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.5 A **repactuação de preços** também ocorrerá mediante apostila, e terá como termo inicial no mínimo 1 (um) ano da apresentação das propostas.

10.6 A **revisão de preços** registrados será realizada mediante solicitação do **CONTRATADO** ou do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo durante a vigência do Contrato, com objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes, será formalizada mediante aditivo, observando o disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n° 14.133/2021.

10.7 O pedido realizado pelo **CONTRATADO** para revisão de preços será analisado e respondido no prazo de 10 dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do protocolo.

10.8 A emissão da ordem de serviço ou nota de empenho não configurará óbice para analisar o pedido de revisão.

10.9 A execução do objeto ou a extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que a revisão poderá ser concedida por meio de termo indenizatório.

10.10 No caso de existência de garantia da execução, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, o Gestor do Contrato enviará o termo de apostilamento ou o aditivo com atualização de preços para o **CONTRATADO** promover a complementação da garantia, no prazo de 05 dias úteis.

10.11 As comunicações sobre atualização de preços ocorrerão entre o Gestor do Contrato e o Preposto do **CONTRATADO**, conforme os dados apresentados no preenchimento da proposta.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

11.1.1 prestar as informações e esclarecimentos necessários ao fornecimento do objeto contratado, de forma completa e legível ou utilizável;

11.1.2 realizar a fiscalização do Contrato, através dos servidores especialmente designados **JAIR FRANCISCO DO LIVRAMENTO** e **JACKELINE NIZER**, que exercerão todas as atribuições compatíveis com a fiscalização do presente Contrato dispostas no art. 9º do Decreto Municipal 5405/2024;

11.1.3 realizar a gestão do Contrato, através do servidor especialmente designado **GUSTAVO FERNANDES SIQUEIRA**, que exercerá as atribuições compatíveis com a gestão do presente Contrato, conforme disposto no art. 10º do Decreto Municipal 5405/2024;

11.1.4 o fiscal e o gestor do Contrato, conforme atribuições, tomarão conhecimento do Contrato e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

11.1.5 caberá à gestão e fiscalização do contrato, no limite de suas responsabilidades, o controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste contrato;

11.1.6 emitir de nota de empenho ou ordem de serviço quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos no Contrato;

11.1.7 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.8 documentar e notificar o **CONTRATADO**, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso de execução do fornecimento, para que sejam promovidas as substituições, reparações ou correções, fixando prazo para a sua correção ou regularização;

11.1.9 verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado, principalmente em relação aos valores praticados e indicar a necessidade da realização do reajuste, de repactuação e da revisão de valores;

11.1.10 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no Contrato, Termo de Referência e demais anexos;

11.1.11 comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.1.12 efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.1.13 explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.1.14 responder eventuais pedidos de repactuação e reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo fixado no item 10.3.1, nos termos do art. 92, inciso XI da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.1.15 comunicar o **CONTRATADO** na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **CONTRATANTE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.1.16 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no no Sítio Eletrônico Oficial do Órgão eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

11.1.17 providenciar as devidas publicações do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) e no Sítio Eletrônico Oficial do Órgão;

11.1.18 o Órgão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelos fornecedores com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ações do(s) fornecedor(es), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1 Constituem obrigações do CONTRATADO:

12.1.1 assinar este Contrato no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação;

12.1.2 cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.1.3 atender rigorosamente às cláusulas contratuais;

12.1.4 atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.5 manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

12.1.6 alocar os empregados habilitados e necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, com habilitação e conhecimento adequados.

12.1.7 manter o local de trabalho limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.1.8 apresentar os empregados devidamente identificados com uniforme e crachá;

12.1.9 observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.1.10 aprestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.1.11 responsabilizar-se pela segurança, mão de obra, eficiência, materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços;

12.1.12 atender às normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e as demais aplicáveis ao objeto contratado;

12.1.13 responsabilizar-se pelas despesas e todos os encargos decorrentes da execução do presente Contrato;

12.1.14 responsabilizar-se pelos danos causados ao **CONTRATANTE** e a terceiros decorrentes da execução dos serviços contratados, causados por culpa ou dolo, inclusive acidentes, perdas, mortes ou destruições parciais ou totais, isentando o **CONTRATANTE** de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato, o qual ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.15 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.16 substituir, reparar, corrigir, reconstruir, substituir, demolir ou refazer, às suas expensas, quaisquer partes da obra ou serviços que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

12.1.17 executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis;

12.1.18 garantir, durante a execução dos serviços, a proteção e conservação dos serviços executados, de forma que seja mantida sua integridade;

12.1.19 promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações do Termo de Referência, no prazo determinado;

12.1.20 manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;

12.1.21 aceitar nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias;

12.1.22 promover, no prazo estipulado, a complementação da garantia de execução, quando for o caso, após ocorrer o reajuste, a repactuação ou a revisão de preços;

12.1.23 não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato;

12.1.24 responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

12.1.25 comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência de qualquer fato anormal, acidente que se verifique no local dos serviços ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão da obra em partes ou no todo;

12.1.26 prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.1.27 submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

12.1.28 acatar todas as orientações do **CONTRATANTE**, emanadas pelo gestor e fiscal do Contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

12.1.29 paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.1.30 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.31 cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

12.1.32 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, orientando e treinando seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.1.33 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.1.34 cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE;**

12.1.35 em tudo agir de acordo com as diretrizes da **CONTRATANTE**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1 As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

13.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6 É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7 O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9 O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados nos termos do art. 37 da LGPD, com cada

acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.10.2 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em virtude da complexidade do objeto não exigir tal dispositivo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

15.1 O **CONTRATADO** deverá apresentar, **quando solicitado** pelo **CONTRATANTE**, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao: registro de ponto; recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; comprovante de depósito do FGTS; recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional; recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato; recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

15.2 Caso seja constatada a inadimplência da contratada em relação ao pagamento das obrigações trabalhistas de seus empregados alocados na execução do contrato, a Administração poderá, nos termos da legislação vigente e respeitando o limite do valor inadimplido:

a) deduzir dos valores devidos à contratada os montantes correspondentes às obrigações inadimplidas, realizando o pagamento diretamente aos empregados ou aos órgãos responsáveis pelo recolhimento previdenciário e do FGTS; ou

b) condicionar a liberação dos pagamentos à comprovação da regularização das obrigações trabalhistas vencidas.

15.3 O descumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas neste contrato, incluindo advertência, multa, rescisão contratual e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

c) der causa à inexecução parcial do contrato;

d) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

e) der causa à inexecução total do contrato;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

g) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

h) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Serão aplicadas ao **CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência: quando o **CONTRATADO** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**, conforme disciplina o art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

16.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021).

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

16.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, que sejam tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.8 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021).

16.9 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, assim como no Cadastros de infrações desenvolvido pelo TCE-SC.

16.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

17.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.4 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.5 O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.5.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.6 O contrato ainda poderá ser extinto:

17.6.1 caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021);

17.6.2 caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE** (art. 3º, § 3º, do Decreto Federal n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

17.7 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.7.3 Indenizações e multas.

17.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.9 Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, o **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021).

17.10 Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, o **CONTRATANTE** poderá reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s) no Exercício:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	181 - 1 . 13001 . 15 . 452 . 45 . 2.52 . 0 . 339000 - Aplicações Diretas – Serviços Urbanos

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1 O CONTRATADO fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

19.2 O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando:

19.2.1 Existir modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

19.2.2. Existir necessidade de modificar o valor registrado em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;

19.3 As alterações qualitativas e quantitativas observarão os requisitos dispostos no art. 124 e seguintes da Lei n° 14.133/2021.

19.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

19.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

20.1 O **CONTRATADO** deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2 Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

I. "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

II. "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

III. "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

IV. "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

V. "prática obstrutiva": significa:

VI - Deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

VII - Atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

a) Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o participante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

b) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

c) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou

por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

d) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Contrato é competente o foro da Comarca Mafra – Estado Santa Catarina.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1 O Contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – OUTRAS DISPOSIÇÕES

23.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas no presente Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como nos regulamentos municipais e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam o presente Contrato, que servirá de instrumento para fins de contratação.

Mafra, 02 de setembro de 2025.

MUNICÍPIO DE MAFRA **EMERSON MAAS** PREFEITO MUNICIPAL	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA **RONALDO BENKENDORF** REPRESENTANTE LEGAL CONTRATADA	**ANDRÉ RAFAEL HACK** Secretário Municipal de Administração
LUIZ VIDAL DA SILVA JÚNIOR Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	**JAIR FRANCISCO DO LIVRAMENTO** Fiscal de Contratos	**JACKELINE NIZER** Fiscal de Contratos Substituta
	GUSTAVO FERNANDES SIQUEIRA Gestor de Contratos	

Proc. Administrativo 1- 15.955/2025

De: Amanda W. - PMM-SADM-DGA-SCL-DC

Para: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Data: 03/09/2025 às 08:03:26

Bom dia.

O documento deve ser assinado digitalmente através da plataforma **1DOC**.

Para facilitar o entendimento do processo de assinatura, segue link com o procedimento:
Como assinar digitalmente

Qualquer dúvida, favor responder esse e-mail ou entrar em contato via WhatsApp: 4736414009.

–

Amanda Wosniak
Agente Administrativo

Proc. Administrativo (Nota interna 03/09/2025 15:28) 15.889/2025

De: Lucas G. - PMM-SADM-DGA-SCL-ACLA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 03/09/2025 às 15:28:35

Publicação do Aviso da Dispensa de Licitação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM-SC).

_

Lucas Alexsandro Garcia
Agente Administrativo

Compras e Licitações

Anexos:

Diario_Oficial_dos_Municipios_de_Santa_Catarina_Visualizar_Ato.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Luiz Vidal da Silva Júnior...	03/09/2025 15:43:22	ICP-Brasil	LUIZ VIDAL DA SILVA JUNIOR CPF 007.XXX.XXX-0...

Para verificar as assinaturas, acesse **https://mafra.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **735F-26C3-F247-44C7**

DOM/SC Prefeitura municipal de Mafra

Data de Cadastro: 02/09/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7552898 **Status:** Publicado
Data de Publicação: 03/09/2025 **Edição Nº:** 4931

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Administrativo n° 132/2025 Dispensa Nº 064/2025 - DISP Contratante:MUNICÍPIO DE MAFRA / Prefeitura Municipal de Mafra Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0001-41)

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, de forma manual e mecanizada, com fiscalização e controle da qualidade de serviços, a serem realizados em diversos locais do Município de Mafra/SC, como mutirões de limpeza, limpeza de córregos, sangas/similares e espaços públicos, remoção de resíduos de deposições, capina e remoção de deposições em meio fios, sarjetas e bocas de lobos pluviais nas vias e logradouros públicos, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e da Secretaria de Saúde do Município de Mafra.

Fundamento Legal: Art. 75, VIII da Lei 14.133/2021 e no art. 2º do Decreto Municipal 5407/24.

Justificativa: No caso em questão a presente contratação direta se enquadra no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 2º do Decreto Municipal 5407/24, e se justifica a limpeza urbana no âmbito do Município de Mafra por ser um serviço essencial, contínuo e indissociável da proteção à saúde pública e ao meio ambiente. Sua interrupção representa riscos graves à população e fere diretamente direitos garantidos pela Constituição Federal, especialmente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225) e o direito à saúde (art. 196). Diante da recusa formal da atual contratada em prorrogar o contrato vigente e da ausência de tempo hábil para concluir novo processo licitatório, torna-se indispensável a contratação emergencial, com base no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021. A medida visa assegurar a continuidade imediata dos serviços de coleta de resíduos, varrição, capina e demais atividades de limpeza urbana, prevenindo o acúmulo de lixo nas vias públicas, a proliferação de vetores e os consequentes impactos à saúde e à qualidade de vida da população. Portanto, a contratação emergencial é justificada não apenas por critérios administrativos e legais, mas pela necessidade de garantir direitos fundamentais assegurados constitucionalmente à coletividade. Garantindo a qualidade da prestação do serviço e atendimento à comunidade. .

Valor Total: R$ 1.545.925,32 (um milhão e quinhentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos)

Despacho Final: De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas no referido processo, RATIFICO e AUTORIZO a realização da Dispensa de Licitação, em conformidade com o Art. 75, VIII da Lei 14.133/2021 e no art. 2º do Decreto Municipal 5407/2024.

Mafra/SC, 2 de setembro de 2025 .

* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 7552898, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

DOM/SC Prefeitura municipal de Mafra

Data de Cadastro: 02/09/2025 **Extrato do Ato Nº:** 7552898 **Status:** Publicado
Data de Publicação: 03/09/2025 **Edição Nº:** 4931

EMERSONMAAS PREFEITO MUNICIPAL

Provedor da plataforma

Ciga

Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Suporte técnico Ciga

48 98406-1060 - dom@consorciociga.gov.br

Endereço

R. General Liberato Bittencourt, 1885 — Sala 102 CEP 88070-800 - Florianópolis/SC

Apoio

FECAM

Diário Oficial

Conheça o DOM/SC

Dúvidas Frequentes

LAI e LGPD

© 2025 - Todos os direitos reservados

* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 7552898, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Proc. Administrativo (Nota interna 05/09/2025 16:41) 15.889/2025

De: Lucas G. - PMM-SADM-DGA-SCL-ACLA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 05/09/2025 às 16:41:11

Segue publicação no PNCP.

At.te

_

Lucas Alexsandro Garcia
Agente Administrativo

Compras e Licitações

Anexos:

Portal_Nacional_de_Contratacoes_Publicas.pdf

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 064/2025 - DISP/2025

Última atualização 05/09/2025

Local: Mafra/SC **Órgão:** MUNICIPIO DE MAFRA **Unidade compradora:** 1 - Prefeitura Municipal de Mafra

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, VIII

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 05/09/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 83102509000172-1-000091/2025 **Fonte:** Pública Tecnologia Ltda.

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, de forma manual e mecanizada, com fiscalização e controle da qualidade de serviços, a serem realizados em diversos locais do Município de Mafra/SC, como mutirões de limpeza, limpeza de córregos, sangas/similares e espaços públicos, remoção de resíduos de deposições, capina e remoção de deposições em meio fios, sarjetas e bocas de lobos pluviais nas vias e logradouros públicos, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e da Secretaria de Saúde do Município de Mafra

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 1.545.925,32	R$ 1.545.925,32

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado

1	03 profissionais: para realizar pintura viária 03 profissionais: para realizar pintura viária, bem como colocação de placas de sinalização, varrição de vias para aplicação de tinta, bem como todas as	6	R$ 20.064,55
2	01 Profissional: Líder de Equipe (Encarregado de Serviços) 01 Profissional: Líder de Equipe (Encarregado de Serviços) coordena a equipe a campo, controla materiais, distribui periodicamente equipament	6	R$ 53.723,55
3	10 Profissionais: para realizar roçadas mecânicas e manuais 10 Profissionais: para realizar roçadas mecânicas e manuais, poda de árvores e arbustos de pequeno e grande porte, em ruas, avenidas, no Cem	6	R$ 109.210,52
4	10 Profissionais: para realizar roçadas manuais, varrição de sarjetas 10 Profissionais: para realizar roçadas	6	R$ 74.655,60

Exibir: 5 | 1-4 de 4 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.